



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ANDREZA PINHEIRO BARROS
ROSYANN BEZERRA DE SOUSA
VANDEBERGUE UCHÔA MORAIS

DIAGNÓSTICO DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DO CEARÁ

Redenção

2014



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ANDREZA PINHEIRO BARROS
ROSYANN BEZERRA DE SOUSA
VANDEBERGUE UCHÔA MORAIS

DIAGNÓSTICO DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Prof. Orientador: Geovani de Oliveira Tavares

Redenção

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

B273d Barros, Andreza Pinheiro.

Diagnóstico do Projovem urbano no estado do Ceará. / Andreza Pinheiro Barros; Rosyann Bezerra de Sousa; Vandenberg Uchôa Morais. Redenção, 2014.

45 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Geovani de Oliveira Tavares.
Inclui Referências, Apêndice, Anexo.

1. Administração pública 2 Educação. 3. Ensino fundamental. 4. Juventude I. Título. II. Sousa, Rosyann Bezerra de. III, Morais, Vandenberg Uchoa.

CDD 354

AGRADECIMENTOS

A Deus, ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, aos Coordenadores e Diretores do Projovem Urbano no Estado do Ceará que colaboraram com esse estudo, aos alunos que são o motivo de toda essa mobilização, aos professores que nos auxiliaram e a UNILAB que nos proporcionou essa oportunidade.

“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.”
Nelson Mandela

RESUMO

A educação é uma das ações da Gestão Pública de extrema importância para o desenvolvimento do país. Em 2008 foi realizada a primeira edição do Projovem Urbano Ceará um programa que tem como intuito minimizar a quantidade de jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental e não possuem uma qualificação profissional, proporcionando a estes além de conhecimento de cidadania, por meio da disciplina de participação cidadã. Porém, como qualquer ação executada pela Gestão Pública, este programa também encontra dificuldades e desafios a serem vencidos durante seu andamento. Este trabalho descreve a execução do programa, aborda os principais desafios encontrados e como estes são contornados.

Palavras-Chave: 1 Projovem Urbano; 2 Desafios de Gestão; 3 Diagnóstico Projovem

ABSTRACT

Education is one of the actions of the Public Management of utmost importance for the development of the country. In 2008 the first edition of Projovem Urbano Ceará was made a program that has the intention to minimize the amount of young people between 18 and 29 who have not completed primary school and do not have a professional qualification, thereby providing in addition to knowledge of citizenship by through the discipline of citizen participation. However, as any action performed by the Public Management, this program also faces difficulties and challenges to overcome during their course. This paper describes the implementation of the program addresses the main challenges encountered and how these are circumvented.

Keywords: 1 Projovem Urbano; 2 Management Challenges; 3 Diagnosis Projovem

ANDREZA PINHEIRO BARROS
ROSYANN BEZERRA DE SOUSA
VANDEBERGUE UCHÔA MORAIS

DIAGNÓSTICO DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Geovani de Oliveira Tavares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Milton Jarbas Rodrigues Chagas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Marcene Venâncio
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Redenção
2014

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Políticas Públicas de Educação no Brasil	12
2.1. Desenvolvimento da Educação no Brasil	12
2.2. Panorama da Situação Educacional do País	14
2.3. A Educação no Estado do Ceará	15
3. Projovem Urbano no Estado do Ceará	19
3.1. Breve Histórico	19
3.2. Público Potencial do Programa e seus Benefícios	22
3.3. Programa no Estado do Ceará	24
4. Desafios do Programa para a Gestão Pública	27
4.1. Tipos de Gestão	27
4.2. Desafios da Gestão do Projovem Ceará	30
5. Levantamento Empírico	32
6. Considerações Gerais	41
Referências Bibliográficas	42
Apêndice A – Questionário	43
Anexo A	44

1. INTRODUÇÃO

Para compreender melhor o sentido de “viver a juventude” nos dias de hoje, é necessário assumir uma perspectiva de geração, que consiste numa nova forma de perceber este segmento em suas relações com outros grupos sociais. Essa juventude muitas vezes sofre uma exclusão, seja por sua cor ou nível social. Mas, principalmente, a educação (ou a falta dela) afasta uma geração de jovens do mercado de trabalho e posteriormente da sociedade “educada”.

Com esse intuito, foi criado um Programa nos níveis Federal, Estadual e Municipal: o Projovem Urbano, a fim de minimizar a quantidade de jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental e não possuem uma qualificação profissional, proporcionando a estes além de conhecimento de cidadania, por meio da disciplina de participação cidadã. Porém, como qualquer ação executada pela Gestão Pública, este programa também encontra dificuldades e desafios a serem vencidos durante seu andamento.

Esse estudo tem como **objetivos** abordar o Projovem no nível Estadual, e as dificuldades encontradas pelos coordenadores e diretores deste programa e como estes contornaram essas situações partindo dos princípios da Gestão Pública. A pesquisa irá beneficiar tanto os gestores públicos de outras áreas e esferas do Governo que podem se utilizar das estratégias aplicadas para resolução de problemas. Como também, pode ser aproveitado como material para resolução de desafios deste Programa nos outros níveis de Governo, uma vez que o Projovem Urbano Ceará é referência no âmbito Nacional na execução deste Programa.

Quanto a **metodologia** adotada para coleta de dados foram, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, através de consultas em livros, artigos e legislações que contemplam o Programa e leis de diretrizes e bases da educação. Depois, uma entrevista com os coordenadores e diretores de pólos do Projovem Urbano Ceará com o intuito de abordar as decisões tomadas quanto aos desafios durante a execução do Programa.

Posteriormente, um questionário foi aplicado com estes entrevistados com questões objetivas para quantificar dados, e, subjetivas a fim de que esses demonstrassem suas posturas nos momentos de decisões e reações quanto ao feedback do Governo do Estado do Ceará quanto aos desafios encontrados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Assim como diz José Luiz de Paiva Bello (2001) “A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas.” Ela começou com a chegada dos Jesuítas, através da educação catequizavam aqueles que instruíam, onde por mais de 200 anos foram os principais educadores do país. Embora tivessem fundado inúmeras escolas para ensinar a ler, escrever e contar a prioridade deles sempre foi à escola secundária.

Segundo José Bello (2001):

A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Para o professor Lauro de Oliveira Lima (1921-) "a 'abertura dos portos', além do significado comercial da expressão, significou a permissão dada aos 'brasileiros' (madeiros de pau-brasil) de tomar conhecimento de que existia, no mundo, um fenômeno chamado civilização e cultura".

Após a independência do país começou-se a discutir sobre políticas educacionais, tanto é que na Constituinte de 1823 associou-se apoio universal e educação popular, a partir de então os planos dos gestores sempre incluíram a educação, uns mais e outros menos, a exemplo da Constituição de 1824 no período do Império que garantia instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.

Apesar de o Ato Adicional de 1834, que delegava às províncias a legislação sobre a educação básica, ter afastado por um bom período o Governo Central da responsabilidade de assegurar o referido processo educacional para a população, após a Primeira Guerra Mundial começou-se a repensar vários setores do país, entre eles a educação. Principalmente com o termino do período do Estado Novo onde houve uma repressão a esses ideais, após esse momento houve uma investida muito maior gerando em 1948 o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em 1961, pela Lei nº 4024.

Nesse mesmo período, após a queda do Estado Novo, além da expansão da educação houve diversas campanhas e movimentos de alfabetização de adultos e a expansão do ensino primário e superior. Ocorreu também um grande movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita. Mas foi somente com o termino do período do Regime Militar que houve amplo movimento pela redemocratização do País, exigindo que a nova

constituição introduzisse inovações e compromissos principalmente para a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

Conforme afirma José Luiz de Paiva Bello, 2001:

No fim do Regime Militar a discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais de outras áreas, distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber pedagógico.

Foi a partir de então que a educação básica, ou escolar, tornou-se intrínseca as responsabilidades do Governo. A Constituição Federal de 1988 a declarou como tal em seu Art. 6º. “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Esse princípio ficou mais claro e detalhado a partir do Capítulo III, Seção I, próprio da Educação, nesta Constituição, onde abrangeu outros artigos que o explicitam como estruturante da educação, sendo alguns deles:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Mas esses princípios, para serem cumpridos pelo Governo, possuem critérios, ou medidas para realizá-los, como descrito no Artigo 208 inciso VII onde afirma que o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

E ainda, para efetivar a contribuição do Governo com essa política temos no Artigo 212 desta Constituição:

“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Entende-se dessa forma que a educação deve contar com o concurso dos poderes públicos para se efetivar com igualdade e qualidade como direito do cidadão. Já que, o

princípio da lei visiona a igualdade e o amparo a todos os cidadãos, percebem-se essas regras como obrigatórias para o Governo Federal, assim como os Estaduais e Municipais.

2.2 PANORAMA DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DO PAÍS

No livro *Projovem Urbano no Ceará: um estudo sobre as dimensões social, familiar e econômica*, os autores Bezerra Andrade e Júnior Macambira (2011, p. 15) declaram que:

O universo juvenil apresenta características diversas, e essa heterogeneidade tem contribuído para o entendimento de que existem várias juventudes. (COSTANZI, 2009). Em termos de Brasil pode-se identificar uma diversidade de raças, classes sociais, níveis de escolaridade, estratégias de inserção no mercado de trabalho, acesso à saúde, à habitação, à cultura e à tecnologia, num universo de 34,7 milhões de jovens de 15 a 24 anos de idade, independentemente da região que habitam e, ao mesmo tempo, quando há comparações regionais. Todavia, importa destacar que esse contingente se amplia para 50,5 milhões de jovens se considerarmos a faixa etária de 15 a 29 anos, conforme a nova política nacional para a juventude. (COSTANZI, 2009).

É notável a miscigenação do país não só na variedade de raças da qual se forma a população, mas também nos diversos níveis sociais e educacionais o que afirma a desigualdade das classes sociais e a necessidade de políticas efetivas de educação a fim de atingir o contingente de jovens que se preparam para o mercado de trabalho.

Segundo José Luiz de Paiva Bello, (2001) em seu texto sobre a educação no Brasil ele afirma que:

A bem da verdade, apesar de toda essa evolução e rupturas inseridas no processo, a educação brasileira não evoluiu muito no que se refere à questão da qualidade. As avaliações, de todos os níveis, estão priorizadas na aprendizagem dos estudantes, embora existam outros critérios. O que podemos notar, por dados oferecidos pelo próprio Ministério da Educação, é que os estudantes não aprendem o que as escolas se propõem a ensinar. Somente uma avaliação realizada em 2001 mostrou que 59% dos estudantes que concluíam a 4ª série do Ensino Fundamental não sabiam ler e escrever.

Já os autores Bezerra Andrade e Júnior Macambira (2011, p. 15) baseados nos dados de Constanzi (2009), especifica ter um equilíbrio entre os jovens do sexo masculino e feminino; existe um maior número de jovens da raça negra do que branca e que o predomínio de jovens residindo nas áreas urbanas (28,9 milhões); 41% da população jovem têm de zero a quatro anos de estudo e 44% tinham entre nove e onze anos de estudo na época da pesquisa. Eles afirmam que:

Considerando este último dado, o autor destaca que os jovens na atualidade estão mais preocupados em investir na sua educação formal, fato que pode ter relação com as novas demandas do mercado de trabalho por trabalhadores melhor qualificados e com níveis de escolaridades mais elevados.

Bezerra Andrade e Júnior Macambira (2011, p. 15) destacam que “o analfabetismo é maior entre os jovens do Nordeste (5,3%) se comparado aos jovens do Sul (0,9%), configurando-se uma taxa maior entre os homens jovens do Nordeste (7,2%). Realçando a disparidade e desigualdade nos níveis educacionais do país”. Tomando como base o livro dos autores citados eles expõem a frase de Constanzi (2009, p. 27):

A situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por região do país), e problemas com a qualidade do sistema educacional.

Esse é um dos grandes desafios que o Governo do País tem por enfrentar a respeito da educação, proporcionar uma educação que iguale as diferenças sociais e permita um avanço expressivo do país como um todo.

2.3 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

A autora Vieira, Sofia Lerche (2007, p.46) percebe que “se a educação no país apresenta tão grandes níveis de desigualdade pode-se imaginar a disparidade nas regiões mais pobres.” Assim como ocorre no Ceará, que enfrenta dificuldades comuns aos demais estados do Nordeste, onde a demanda por educação é elevada e os recursos, reduzidos.

Um breve histórico da educação no Ceará e das políticas públicas implementadas tomando como base o período de 1995 a 2002 começou segundo Vieira, Sofia Lerche (2007, p.46)

Em 1995, Tasso Jereissati iniciou seu segundo mandato como governador do Ceará, ao qual se seguiu o terceiro, em razão de sua reeleição. Como no plano nacional, sob a vigência do governo Fernando Henrique Cardoso, também no âmbito estadual houve manutenção de uma mesma equipe à frente da gestão educacional. No período compreendido entre 1995 e 2002, como outras unidades da federação, o Estado deu largos passos na direção da universalização do Ensino Fundamental e da expansão do Ensino Médio. O projeto de governo, resumido na proposta “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, imprimiu forte ênfase na participação e mobilização da sociedade pela educação. Algumas peculiaridades, entretanto, foram determinantes no processo vivenciado na educação cearense nesses oito anos, duas das quais merecem destaque: o processo de seleção técnica e eleição de diretores e o acelerado processo de municipalização do Ensino Fundamental.

O investimento na educação a partir da Constituição de 1988 deveria ser compartilhado entre a União, os Estados e os municípios, onde deveriam ser criados planos e políticas de implementação. Principalmente no Ceará onde a taxa de analfabetismo era necessários planos que erradicassem tal problema. Durante o governo de Tasso Jereissati o destaque de planos de educação foram o processo de seleção e eleição de diretores nas escolas públicas e a responsabilização dos municípios pelo ensino fundamental.

Ainda segundo a autora Vieira, Sofia Lerche (2007, p.47):

Sendo um Estado muito pobre, a expansão sem precedentes ocorrida no Ceará a partir de meados da década de 1990 representou pesado ônus para o setor público. Tal situação veio a agravar-se por vários fatores, incluindo o custo de encargos relativos à manutenção de um sistema estadual de ensino superior composto de três universidades, com muitas unidades distribuídas em cidades do interior. Definir prioridades, nesse contexto, revelou-se uma tarefa urgente e indispensável. Sob tais circunstâncias, planejar e escolher os principais focos do trabalho a desenvolver foi o primeiro passo dado pelo governo 2003-2006.

No período em questão houve uma enorme necessidade de redefinir as responsabilidades do governo com educação, uma vez que, com a grande expansão populacional no Estado e sem poder arcar com as despesas que a educação desprende, a partir de então houve uma priorização dos focos a serem desenvolvidos nos anos subsequentes, sendo ele o período de 2003 a 2006, enfatizando o governo de Lúcio Alcântara, onde a autora Vieira, Sofia Lerche (2007, p.48) afirma que:

Foram definidos, assim, quatro princípios orientadores e dez programas prioritários, os quais vieram a constituir o fio condutor de todo o trabalho realizado nos quatro anos de gestão da educação básica no governo Lúcio Alcântara. A gestão educacional não é processo simples. As necessidades são muitas, os recursos escassos e a oposição, frequentemente, ferrenha. Por isso mesmo, fazer um plano de educação simples e viável revelou-se uma estratégia adequada e importante no processo de definição das políticas adotadas no período em questão. O plano foi reproduzido em larga escala, divulgado nos mais diversos fóruns, distribuído a todas as escolas da rede estadual. Integrou lista de bibliografia das seleções e concursos públicos realizados no período, vindo a ser amplamente conhecido e discutido em todo o Estado.[...] Nessa perspectiva, a preocupação central do Plano de Educação Básica “Escola Melhor, Vida Melhor” orientou-se para a “garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno” (Ceará, 2004a, p.62-4).

Com todo o ônus existente da expansão fazia-se necessário um plano de educação que não houvesse tantos gastos, que fosse simples e eficiente, foi então criado o Plano de Educação Básica “Escola Melhor Vida Melhor”, que segundo Vieira (2007, p.49) “buscou-se apoio em várias frentes da gestão, uma delas o uso de recursos advindos dos sistemas de avaliação existentes no sentido de perseguir a atividade fim da escola.” Onde

a partir desses sistemas de avaliação e desenvolvimento dos mesmos passou-se a ter uma gestão por resultados na política educacional no Ceará.

Com a eleição de Cid Gomes a governador, a política educacional cearense entrou em uma nova fase, como foi explicitado na reportagem de Mozarly Alemida no jornal Diário do Nordeste:

O Ceará registrou avanço nos índices educacionais no período de seis anos, compreendido entre 2005 e 2011. Essa é uma das conclusões já apontadas pelo estudo que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), explicou ontem o coordenador do Desenvolvimento de Pesquisas da instituição, Antônio Augusto Gomes Batista, ao participar do Seminário Justiça como Equidade: Princípios e Práticas Escolares, que será encerrado hoje na Universidade do Parlamento Cearense (Unipace).

Uma das políticas públicas de educação de destaque do governo Cid Gomes foi o PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa, que segundo site do programa:

O **PAIC MAIS** é a ampliação do Programa Alfabetização na Idade Certa que propõe mais ações para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos da rede pública até o 5º ano de escolaridade. É mais cooperação do Governo do Estado do Ceará com os municípios em prol da aprendizagem dos alunos. Pois, os municípios precisam continuar avançando no sentido de melhorar os resultados do 5º ano que ainda são muito baixos. Em 2009, somente 10% dos alunos estavam no nível adequado em português. Em matemática o desafio é ainda maior. São apenas 6,9% dos alunos no nível adequado. Portanto, foi o momento do Ceará dar mais um passo, fazendo com que todos os municípios do Estado tenham a possibilidade de atingir o nível adequado de aprendizagem para o ensino fundamental I.

E os resultados têm sido notáveis e reconhecidos nacionalmente pelo bom desempenho do programa, que ainda de acordo com o site:

Aumenta de 83 para 141 o número de municípios em condições desejáveis na luta para a erradicação do analfabetismo e melhoria da rede pública de ensino. [...] De acordo com o Sistema Permanente de Avaliação Básica (Spaeece-Alfa), a média global do Estado em 2010 foi de 162,6 pontos (em 2009 foi de 142,5). E em 2009 eram 22 os municípios tidos como "intermediários". Os "suficientes" eram 79 e caíram para 42. Já os "desejáveis" saltaram de 83 para 141.

Conforme informado no site do Governo do Estado do Ceará, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará (IPECE) durante o mandato de Cid Gomes, compreendendo o período de 2007 a 2010, houve o investimento de R\$ 4.598 bilhões selecionados em quatro grandes áreas (saúde, educação, segurança pública e infraestrutura).

A área que recebeu o segundo maior investimento foi a educação, atrás apenas da infraestrutura, que ficou em primeiro lugar, com R\$ 3.567 bilhões, o que representou

77,6% dos R\$ 4.598 bilhões investidos. Na área da educação os recursos programados para os anos de 2007 a 2010 somaram R\$ 493,8 milhões, o que representa 10,7% dos R\$ R\$ 4.598 bilhões.

Em 2008, foram criadas as primeiras 25 escolas de educação profissional. No ano seguinte, mais 26 unidades passaram a funcionar com essa nova sistemática e em 2010 oito novas escolas foram implantadas. No ano de 2011 foram inauguradas 18 unidades escolares. Atualmente, 23.588 jovens em todo o Ceará estão tendo a oportunidade de aprender uma profissão, além das disciplinas próprias do ensino médio.

3 PROJovem URBANO NO ESTADO DO CEARÁ

3.1 BREVE HISTÓRICO

A Constituição Federal de 1988 explicita em seu art. 6º. São deveres sociais a educação,... e no seu art. 205. A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os referidos princípios constitucionais, vários estudos relacionados à educação e juventude, corroborado com estatísticas foram à base para criação, em 2004 pelo Governo Federal, do Grupo Interministerial da Juventude que norteou a política pública deste segmento. Sendo o público alvo: os jovens com baixa escolaridade e desempregados.

No ano seguinte, em 2005, o Governo Federal norteia inúmeras diretrizes voltadas para juventude como: Políticas Públicas da Juventude, Secretaria Nacional da Juventude, Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional da Inclusão de Jovens – Projovem, que abrange educação, qualificação e participação cidadã.

No ano de 2008, por meio da Lei 11.692, de 10 de junho de 2008 e Decreto 6.629/2008, o Governo Federal cria o Projovem Integrado que compreende quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Campo (Saberes da Terra) e Projovem Urbano.

O Decreto 7.649 de 21 de dezembro de 2011 direciona a execução do Programa para o Ministério da Educação, passando este a integrar a política educacional do país, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. E nos âmbitos estaduais e municipais pelas Secretarias de Educação.

Em 1º de fevereiro de 2005, pela Medida Provisória N°. 238, foi instituído o Projovem, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, cuja finalidade específica era:

“executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local”. (Medida Provisória 238 de 01/02/2005)

Contudo, o foco desta ação estava voltado para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, que comprovassem os seguintes requisitos, conforme o Art. 2º...

“I. tenham concluído a quarta série e não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental; e

“II. não tenham vínculo empregatício”.

Quando da formulação do Programa a Secretaria-Geral da Presidência da República levou em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e que são os seguintes:

a) “Será um programa integrado entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, que tomará o trabalho como princípio educativo. Não é nem um e nem outro concebido de forma isolada. É o fruto de sua integração e articulação, concebido como uma alternativa de inclusão social de jovens excluídos da escola e do trabalho. Essa inclusão social se dará pela elevação dos níveis de escolaridade desses jovens, pela sua qualificação para o trabalho e por uma ação comunitária que os integre social e culturalmente como cidadãos atuantes.

b) A educação e a certificação para o trabalho serão planejadas de forma a compor itinerários formativos por áreas profissionais, em termos de consideração do conjunto das etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (§ 1º do Artigo 3º do Decreto nº 5.154/04).

c) Para viabilizar a programação da qualificação para o trabalho, de acordo com itinerários formativos de profissionalização, a mesma deverá ser organizada por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica (Inciso I do Artigo 2º do Decreto 5.154/04) do mundo do trabalho, conforme quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 04/99. Como referência complementar, deverá ser utilizada, também, a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2002.

d) O Projovem deverá ser um programa educativo com organização curricular flexível, que alternará momentos presenciais e de auto-estudo, trabalhando de forma integrada todos os componentes curriculares, sem a clássica, cediça e serôdia separação entre teoria e prática, hoje algo inadmissível. O mundo da cultura e do trabalho empresta o contexto para o desenvolvimento das bases científicas e tecnológicas, “relacionando com a prática, no ensino de cada disciplina (Artigo 35 da LDB, Inciso IV, in fine).

e) Essa organização curricular flexível e contextualizada, que assume como eixo condutor da articulação entre o ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos, e a educação profissional articulada em torno de itinerários formativos, tendo o trabalho como princípio educativo, deverá ser necessariamente interdisciplinar. Essa interdisciplinaridade exige que a organização curricular vá além da mera justaposição de disciplinas ofertadas de forma estanque, mas, ao mesmo tempo, que se evite a diluição de conhecimentos numa generalidade amorfa e superficial. Os vários componentes curriculares serão planejados de forma integrada, por meio de atividades e projetos característicos da prática pedagógica da educação de jovens e adultos trabalhadores, com ênfase no desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania e para o trabalho.

f) O conceito de competência aqui referenciado é aquele assumido pela OIT na sua Resolução nº 150/75, tendo como eixos norteadores do desenvolvimento de recursos humanos, a educação básica, a formação profissional inicial e a aprendizagem permanente. É aquela capacidade pessoal de articular os vários saberes inerentes às situações concretas da vida social e do trabalho, tal qual descrito pela UNESCO, em termos de saber conhecer, saber fazer, saber conviver e saber ser. De acordo com o Artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 04/99, em termos de educação profissional, competência é a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores,

habilidades e conhecimentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

g) O Projovem será orientado pelas seguintes Diretrizes Curriculares:

- A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a formação profissional e a ação comunitária;
- A qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidade econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens;
- A ação comunitária deverá resultar de um diagnóstico das necessidades locais e regionais, promover o engajamento cidadão voluntário e a formação de valores solidários.

O Projeto Pedagógico do Projovem apresenta o seguinte “desenho básico do currículo e organização do espaço”:

A carga horária do curso é de 1.600 (1.200 horas presenciais e 400 horas não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 12 meses ininterruptos. Esse percurso formativo será organizado em quatro unidades, com duração de três meses cada uma, para que os diferentes componentes curriculares se integrem em eixos estruturantes que estabelecem, entre si, a progressão das aprendizagens.

O desenvolvimento das atividades previstas implicará a dedicação intensiva dos jovens ao curso por, pelo menos, 32 horas semanais. As horas presenciais incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de qualificação profissional e à ação social, sob a supervisão de um educador. As horas não presenciais serão dedicadas às leituras e atividades do Guia de Estudo e à elaboração de planos e registros – individualmente ou em pequenos grupos – nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes. O curso está dividido da seguinte maneira:

- Turmas: 30 alunos
- Núcleos: cinco turmas
- Estação Juventude: oito núcleos
- Docência: cada Núcleo com equipe de cinco professores com a função de especialista por área de conhecimento e orientadores do percurso formativo e um educador da qualificação profissional e um da ação social.

Em 26 de maio de 2008, o Ministério da Educação edita a RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 22, que define novas normas e procedimentos para execução do Programa:

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de

modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais;

CONSIDERANDO as diversidades regionais e culturais do país, que implicam conferir maior flexibilidade aos procedimentos, para que as metas sejam alcançadas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar formação inicial e continuada específicas para os profissionais envolvidos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano;

E no Art. 2º, da referida Resolução cita:

Art. 2º As ações do Projovem Urbano...

§ 1º O Projovem Urbano atenderá a jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental.

§ 2º. As estratégias de atendimento aos beneficiários do Programa referidos no parágrafo anterior estão descritas no Plano de Implementação do Projovem Urbano, apresentado e aprovado pela Coordenação Nacional do Programa. Os parâmetros e critérios para o planejamento do trabalho e a abertura de turmas, núcleos e pólos do Programa estão estabelecidos no Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano.

Como pode ser observada, a Resolução/CD/FNDE N° 22 apresentou algumas alterações em relação às condicionantes do Projovem Urbano anterior, conforme especificado na Medida Provisória 238.

3.2 PÚBLICO POTENCIAL DO PROGRAMA E SEUS BENEFÍCIOS

Para o planejamento do Projovem Urbano, a Coordenação Nacional, juntamente com a equipe técnica do CAEd/UFJF, realizou, em 2007, um estudo populacional com o objetivo de estimar, para 2008, o público potencial do Programa e suas variáveis populacionais: escolaridade, faixa etária a ser atendida e distribuição geográfica. O estudo valeu-se de dados do IBGE (análise de série histórica populacional), principalmente aqueles gerados a partir de: Pnad 2005 e Pnad 2006, Estimativa 2006, Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) e Contagem Populacional 2006 - IBGE.

Para o estudo, definiu-se como população jovem excluída aquela formada por jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que possuem de um a sete anos de escolaridade. A comparação entre dados de 1970 e 2000 permite caracterizar a evolução do peso da população jovem na população brasileira total.

A análise deste segmento populacional, por sua vez, permite caracterizar a população jovem excluída, que é determinada pelas condições de vida da população e, conseqüentemente, pelo seu nível de escolaridade. A relação dessa população com os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) e Desenvolvimento Humano Educacional

(IDHE) demonstra que, quanto mais desenvolvida e escolarizada é a população, menor o número de excluídos.

Considerando apenas a população urbana, são mais de 34 milhões de jovens com 18 a 29 anos e cerca de sete milhões e meio com um a sete anos de escolaridade.

Com base nos dados sobre a população jovem e a população excluída, foi possível definir o público potencial do Programa. Para isso, foi comparada a população jovem excluída, já atendida pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem, e a população que será atendida pelo Projovem Urbano, considerando-se, neste caso, os jovens de 18 a 29 anos de idade que saibam apenas ler e escrever. Esse estudo permitiu estimar que existissem cerca de nove milhões de jovens brasileiros na faixa etária de 18 a 29 anos, com um a sete anos de escolaridade, sendo que cerca de 6,4 milhões vivem nas regiões urbanas, distribuindo-se entre cidades com mais de 200.000 habitantes (47%) e cidades com até 200.000 habitantes (53%).

Diante do exposto, o estudo populacional aponta a importância de estender-se o atendimento do Programa para além dos municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes e ampliar a faixa etária do público potencial, de modo a atender os jovens brasileiros que tenham 18 a 29 anos de idade e saibam ler e escrever. Além disso, considerando o propósito do governo de promover ampla inclusão social, o Projovem Urbano contempla jovens que estejam internados em unidades prisionais e sócio – educativas de privação de liberdade.

Essa redefinição do público potencial implica resolver, entre outros, o problema de encontrar meios para alcançar jovens geograficamente dispersos nas cidades de menor porte e até em algumas localidades maiores onde, mesmo havendo grande número absoluto de jovens excluídos, sua densidade é pequena no conjunto da população. Implica, além disso, adequar a organização do curso para funcionamento nas unidades prisionais e instituições socioeducativas.

O auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) será pago durante 18 meses, ficando o pagamento condicionado à frequência e à entrega dos trabalhos escolares. Para receber o auxílio, o aluno deverá:

- Comparecer todo mês pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa;
- Entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês.

3.3 PROGRAMA NO ESTADO DO CEARÁ

O Governo do Estado do Ceará aderiu ao Projovem Urbano em 2008, tendo como ente executor do Programa uma Organização Social - OS¹, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, que compôs uma coordenação geral (estadual) e direções de polo. Neste mesmo ano a meta era atender 3.000 jovens em 10 municípios. Em 2010, foram disponibilizadas 9.400 vagas, sendo distribuídas em 31 cidades. Na Edição de 2012, o quantitativo de aluno contemplado foi de 5.400, em 27 localidades.

No ano de 2013, o Projovem Urbano do Estado do Ceará recebeu, além dos 8.400 educandos do ensino regular, 200 jovens que estão privados de liberdades; totalizando 44 municípios beneficiados com o Programa.

Ao todo foram contemplados com o Projovem Urbano os seguintes municípios: Acarape, Acarau, Acopiara, Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Ararendá, Aratuba, Arneiroz, Barbalha, Baturité, Bela Cruz, Brejo Santo, Camocim, Campos Sales, Canindé, Caridade, Cariré, Cascavel, Catarina, Cedro, Crateus, Crato, Farias Brito, Frecheirinha, General Sampaio, Guaiuba, Guaraciaba do Norte, Icapuí, Icó, Iguatu, Ipu, Ipueiras, Itaitinga, Itapajé, Itapipoca, Itapiuna, Itatira, Jaguaribe, Jaguaruana, Jijoca de Jericoacoara, Lavras da Mangabeira, Madalena, Maracanau, Maranguape, Massapê, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Nova Olinda, Nova Russas, Novo Oriente, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Pacujá, Paraipaba, Parambu, Paramoti, Pedra Branca, Penaforte, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Reriutaba, Russas, São Gonçalo do Amarante, Saboeiro, Santa Quitéria, Santana do Cariri, São Benedito, Senador Pompeu, Sobral, Tamboril, Tauá, Tianguá, Trairi, Ubajara, Varjota, Varzea Alegre e Viçosa do Ceará.

Para realização do Programa, o Ceará conta com o comitê local (estadual) que é formado pela: Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, Secretaria de Justiça - SEJUC e Coordenação Especial de Políticas Públicas de Juventude, responsável pela supervisão a nível estadual do Projovem Urbano.

A coordenação geral (estadual) que fica sediada no IDT tem dentre outras funções, conforme especificado no Manual do Educador - Orientações Gerais / MEOG:

- Gerenciar a execução do Projovem Urbano no nível estadual;

(¹) Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas pelo Poder Executivo do Estado do Ceará, conforme as diretrizes exposta na Lei N° 12.781, de 30 de dezembro de 2007. E posteriormente, alterada pela Lei N° 15.356, de 04 de junho de 2013.

- Acompanhar e validar os registros de frequência e de aproveitamento dos estudantes, que devem estar atualizados, conforme calendário previsto, no Sistema de Matrícula, Acompanhamento Frequência Certificação do Projovem Urbano;
- Organizar o processo de certificação de conclusão do Projovem Urbano – Ensino Fundamental/EJA, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã – dos estudantes que completaram o curso.

Os pólos por sua vez têm entre suas atribuições, detalhado no MEOG, as seguintes atividades:

- Gerenciar o Projovem Urbano nos municípios da área de abrangência de sua regional de ensino, que acolhem Núcleos do Programa;
- Promover e acompanhar as reuniões semanais de planejamento integrado das atividades de ensino e aprendizagem nos Núcleos sob sua responsabilidade;
- Manter a coordenação geral do Projovem Urbano informada sobre todas as ações acompanhadas em tempo hábil para os encaminhamentos necessários.

O MEOG cita também as responsabilidades da direção da escola (núcleo) que recebem o Programa, tais como:

- Manter constante interlocução com as equipes gestoras do Polo e/ou da coordenação geral (estadual);
- Acompanhar o desenvolvimento do Programa na unidade escolar sob sua responsabilidade, mantendo a direção do Polo e/ou coordenação geral devidamente informada;
- Efetuar a matrícula dos jovens no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano.

Outro ponto de grande importância para execução do Programa é a gestão em sala de aula promovida pelo educador, por ser neste ambiente que se consolida efetivamente as ações pedagógicas junto aos jovens. E este professor, por sua vez, desenvolve dupla função, sendo o

profissional responsável em lecionar (especialista) e o professor orientador (PO), ou como gostam de chamar alguns alunos, o “padrinho da turma” que interagir diretamente com uma determinada sala, ao tempo que promove um acompanhamento do processo de aprendizagem de cada aluno.

Vale ressaltar, as parcerias que são firmadas com as prefeituras municipais cuja finalidade é a promoção por parte destes entes de infraestrutura da escola (núcleo) e transporte escolar para os alunos, já que as aulas acontecem no período noturno.

Para concretização do Projovem Urbano o governo do Estado do Ceará disponibiliza para os jovens, fardamento, mochilas e todo o material necessário para realização das aulas de campo, conforme estabelecido no Plano Pedagógico Integrado – PPI do Programa.

4 DESAFIOS DO PROGRAMA PARA A GESTÃO PÚBLICA

4.1 TIPOS DE GESTÃO

GESTÃO NACIONAL

De acordo com o decreto 7.690, de 2/3/2012 o Programa passa a:

- ✓ Ser executado pelo Ministério da Educação – Decreto 7.649 de 21 de dezembro de 2011.
- ✓ Integrar a política educacional.
- ✓ Ser desenvolvido no âmbito da modalidade de EJA, em articulação com as políticas de juventude.
- ✓ Ser executado nos estados e municípios por meio das Secretarias de Educação.

No primeiro momento, o Projovem Urbano manterá a estratégia de acordos com as capitais, o distrito federal e os municípios maiores de 200.000 habitantes, mas será também executado em parceria com os estados, para atender municípios menores.

GESTÃO LOCAL

Segundo o Manual do Educador Orientações Gerais – MEOG, cada Estado, Município ou DF integrante do Projovem Urbano contará com: um Comitê Gestor local, formado por representantes das secretarias estaduais, municipais ou do DF, responsáveis pelas áreas de juventude, educação, desenvolvimento/assistência social e trabalho. Outras secretarias também poderão fazer parte desse Comitê como forma de potencializar as ações do Projovem Urbano; uma coordenação local (estadual, municipal ou DF) incumbida da operacionalização do Programa em nível local de modo a alcançar o maior número possível de jovens excluídos, assegurando a permanência dos alunos no curso com aprendizagem efetiva.

As equipes de coordenação estadual, municipal ou DF são compostas por um coordenador executivo, um coordenador pedagógico e pessoal de apoio técnico e administrativo. Cabe a essas equipes, de acordo com diretrizes gerais da Coordenação Nacional do Projovem Urbano, entre outras ações, articular-se com as administrações locais para tratar de:

- Gerenciamento do Projovem Urbano no nível estadual/municipal/DF;
- Definição dos estabelecimentos escolares em que serão realizadas as atividades do curso;

- Definição dos locais de aulas práticas para o desenvolvimento dos arcos ocupacionais;
- Apresentação do Projovem Urbano aos diretores desses estabelecimentos e a outros funcionários cujo trabalho for afetado pelo funcionamento do curso;
- Recrutamento e seleção de educadores de Formação Básica, de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã;
- Contratação dos educadores selecionados;
- Organização do recrutamento e da matrícula dos alunos;
- Atendimento às solicitações do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- Organização da formação inicial e continuada dos educadores sob sua jurisdição;
- Definição das instituições certificadoras da conclusão do ensino fundamental e ou da habilitação nos arcos ocupacionais.

Há a previsão de Fórum, em nível local, a ser regulamentado posteriormente, para encaminhamentos de questões acadêmicas e administrativas.

PÓLOS

O pólo é uma instância de gestão do Projovem Urbano. Cada pólo compreende 16 núcleos que variam de 2.400 até 3.200 alunos e possui uma equipe de gestão composta por: um diretor-geral; um assistente pedagógico e um assistente administrativo.

Além desse pessoal, são lotados em cada pólo ou na coordenação local (quando for o caso) os educadores que trabalham nos núcleos: educadores de Formação Básica, com licenciatura plena (sendo de cada área do ensino fundamental); educadores de Qualificação Profissional, com qualificação adequada ao desenvolvimento dos arcos ocupacionais escolhidos pela gestão local; educadores de Participação Cidadã, com graduação em Serviço Social.

Cada educador de Formação Básica atua em cinco turmas e cada educador de Participação Cidadã, em dez. Os educadores de Qualificação Profissional atuam em turmas reestruturadas de acordo com os arcos ocupacionais oferecidos no núcleo (no máximo, quatro).

Um núcleo deve ter cinco turmas, sendo cada uma composta por, de preferência, 40 alunos, admitindo-se, excepcionalmente, variar até 20 alunos. Um núcleo deve atender no mínimo a 150 e, no máximo, a 200 alunos. Preferencialmente as cinco turmas devem funcionar na mesma escola, excepcionalmente poderão funcionar em até duas unidades escolares próximas.

Se por qualquer razão, o número de alunos ficarem abaixo do mínimo estipulado, as turmas deverá ser reorganizado e o núcleo será fundido com outro em situação semelhante.

Segundo o Manual do Educador Orientações Gerais – MEOG, a equipe de direção do pólo, subordinada à coordenação local, tem como principais atribuições:

- Gerenciar o Projovem Urbano no respectivo pólo;
- Auxiliar na apresentação do Projovem Urbano aos diretores e outros funcionários dos estabelecimentos em que funcionará o curso;
- Atuar no recrutamento e seleção de educadores de Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã;
- Atuar no recrutamento e na matrícula dos alunos;
- Coordenar o trabalho pedagógico e administrativo dos núcleos, em comum acordo com os diretores das escolas envolvidas;
- Promover reuniões semanais de planejamento integrado das atividades de ensino e aprendizagem;
- Implementar as atividades de formação continuada, apoiando a instituição formadora local;
- Supervisionar o trabalho, a frequência e a pontualidade dos educadores lotados no Pólo;
- Manter registro atualizado do aproveitamento e frequência dos alunos, conforme solicitação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- Facilitar ao pessoal do Sistema de Monitoramento e Avaliação o acesso aos núcleos, aos educadores e aos jovens.

GESTÃO INTER-SETORIAL

Para viabilizar a concepção interdimensional do Projovem Urbano, é necessário que sua gestão seja inter-setorial e compartilhada pelos órgãos de administração de políticas de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social, em todos os níveis de implementação.

Nesse sentido, um aspecto crucial é a criação/implementação/ potencialização de instâncias da juventude, tais como secretarias estaduais, municipais e do DF de juventude e conselhos que possam promover a transversalidade da política e dar sustentação às coordenações locais para articular, nesses níveis, as diferentes dimensões do Projovem Urbano.

Os resultados da avaliação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem oferecem indicações no sentido de que, sem desconsiderar a perspectiva intersetorial, a escola seja o lócus obrigatório de funcionamento do Projovem Urbano.

4.2 DESAFIOS DA GESTÃO DO PROJOVEM CEARÁ

No ano de 2014 foram convocados para uma entrevista e análise de Gestão a Coordenação Geral e diretores de Pólos do Projovem Urbano Ceará, sendo eles:

Vandeburgue Uchôa Morais – Coordenador Geral do Projovem Urbano Ceará

Ana Célia de Brito Marreiros – Coordenadora Pedagógica do Projovem Urbano Ceará

Carmelita Laura Alves de Morais – Diretora do Pólo Fortaleza do Projovem Urbano Ceará

Antônio José Monteiro da Silva - Diretor do Pólo Quixeramobim do Projovem Urbano Ceará

Francisco Júnior Maciel da Silva – Diretor do Pólo Tianguá do Projovem Urbano Ceará

Primeiramente houve um debate acerca dos desafios existentes na execução do Projovem Urbano Ceará e foram levantados os seguintes pontos como desafios da gestão:

- Transporte
- Auxílio Financeiro
- Material Pedagógico
- Merenda Escolar
- Infrequência

Os mesmo relataram que:

- **Transporte**

“Os alunos participantes do programa precisam se deslocar de suas residências para as escolas, pois muitos moram distante. A prefeitura do município que recebe o programa compromete-se em realizar esse transporte, o que muitas vezes não ocorre, gerando o

desanimo nos alunos e a consequente evasão destes.” Carmelita Laura – Diretora do Pólo Fortaleza do Projovem Urbano Ceará

- **Auxílio Financeiro**

“Os alunos inscrevem-se no programa com a expectativa de aulas e uma bolsa mensal no valor de R\$ 100,00. Porém, com o andamento do programa e com o atraso do repasse das bolsas o aluno fica desestimulado e acarreta na evasão destes.” Antônio José Monteiro - Diretor do Pólo Quixeramobim do Projovem Urbano Ceará

- **Material Pedagógico**

“Muitas vezes os materiais pedagógicos que os professores utilizarão que devem ser enviado pelo Governo Federal não chegam a tempo hábil para o início do programa dificultando a metodologia de ensino dos professores e o aprendizado do aluno.” Ana Célia de Brito – Coordenadora Pedagógica do Projovem Urbano Ceará

- **Merenda Escolar**

Muitos alunos são freqüentes por causa da merenda que é oferecida diariamente. Quando não ocorre a entrega dos produtos em tempo hábil, seja por motivo de demora no processo licitatório ou por falta de compromisso do fornecedor, a merenda fica comprometida e conseqüentemente o estímulo do aluno em freqüentar as aulas. Francisco Júnior Maciel – Diretor do Pólo Tianguá do Projovem Urbano Ceará

- **Infrequência**

Muitos alunos não desistem, mas não são assíduos nas aulas, o que prejudica o seu aprendizado. Isso ocorre muitas vezes por desanimo e pelos outros motivos descritos, e muitas vezes acarretam na desistência do mesmo. Vandebegue Uchôa Morais – Coordenador Geral do Projovem Urbano Ceará

5. LEVANTAMENTO EMPÍRICO

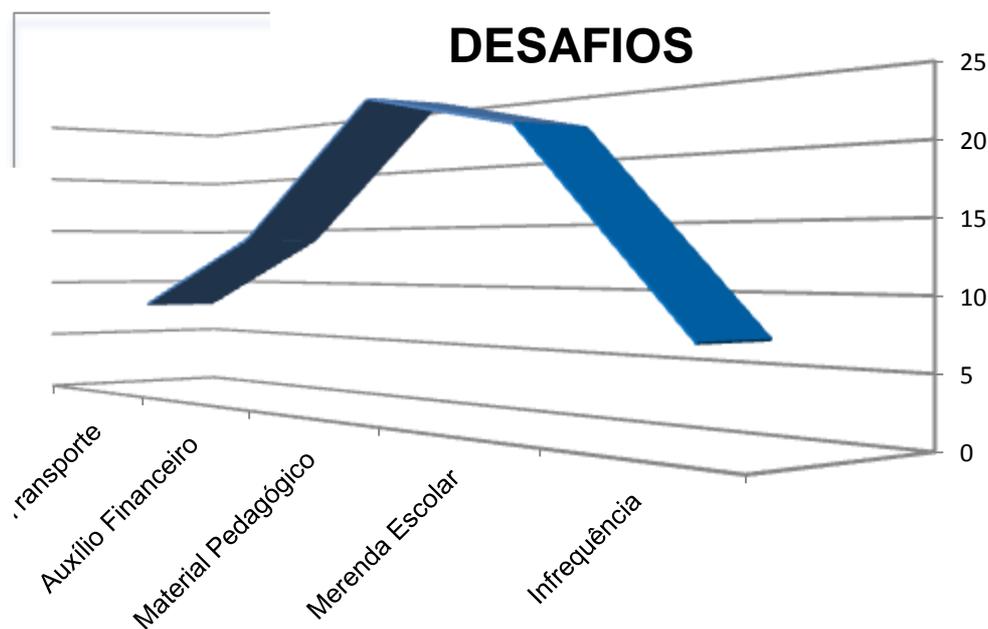
Com o objetivo de consolidar o que os estudos e a literatura referente ao PROJOVEM Urbano apresentam foi promovido um levantamento empírico junto aos gestores estadual.

Esta pesquisa foi realizada em Fortaleza/CE, onde responderam o questionário (anexo) o coordenador geral, coordenadora pedagógica, e os três diretores de polos (Fortaleza, Quixeramobim e Tianguá), ou seja, 100% da equipe de gestores estadual do Programa, edição 2012.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Q.1 Ao classificarem os desafios, onde 1 era para o mais difícil e 5 para o menos, os gestores estabeleceram a seguinte relação, Infrequência, Transporte, Auxílio Financeiro, Merenda Escolar e Material Pedagógico. A infrequência aparece em primeiro lugar, pois é a principal causa que culmina na evasão do aluno. Apesar de todos os outros problemas gerarem insatisfação e agregarem justificativas para o abandono do educando.

CLASSIFICAÇÃO DE DESAFIOS	
Descrição	Resultados
Transporte	08
Auxílio Financeiro	14
Material Pedagógico	25
Merenda Escolar	22
Infrequência	07



Fonte: Pesquisa Direta

Q.2. Como contornar os três principais desafios, os gestores expuseram os seguintes pontos:

1. Infrequência

“A infrequência é um dos maiores desafios da equipe que executa o programa, pois se trata da participação efetiva dos principais atores do programa. É preciso acontecer estímulo e estar proporcionando um ambiente acolhedor para garantir maior participação” *Antônio José – Diretor do Polo de Quixeramobim*

“No caso da infrequência são mobilizados os professores para fazer visitas aos alunos faltosos e pedagogicamente atividades diferenciadas para desenvolver o gosto pela escola e consequentemente à aprendizagem.” *Júnior Maciel – Diretor do Polo Tianguá*

“A infrequência que na maioria das vezes tem origem na negociação do transporte é contornada pelas visitas domiciliares e ações educativas/participativas, considerando a promoção da participação dos nossos alunos nas atividades locais, resgatando a auto-estima.” *Carmelita Laura – Diretora do Polo Fortaleza*

2. Transporte

“A situação de transporte é inconstante, prejudicando a frequência dos alunos. A equipe mantém contato frequente com os gestores municipais para minimizar a problemática”

Antônio José – Diretor do Polo de Quixeramobim

“O transporte escolar é outro desafio que procuramos contornar mobilizando gestores municipais, secretarias e prefeitos sobre a importância do Programa no município e a necessidade do transporte para locomoção dos educandos” *Júnior Maciel – Diretor do Polo Tianguá*

“Em relação ao transporte, garanti-lo é o exercício diário de mapeamento de rotas e ainda visitas as Secretarias de Educação e Transporte.” *Carmelita Laura – Diretora do Pólo Fortaleza*

“O transporte escolar é o principal problema para manutenção do jovem em sala de aula, em especial, as alunas que são mães. E para superar a falta ou precaridade deste serviço, o PJU esta deslocando os educadores para áreas mais próximas das residências dos alunos.” *Vandeborgue Uchôa – Coordenador Geral do Projovem Urbano.*

3. Auxílio Financeiro

“Atrasou no início do Programa o que acarretou certa infrequência/evasão, neste momento está atualizado, mas quando algum aluno fica sem receber há uma insatisfação, a partir daí a equipe busca entender o que aconteceu e explica aos alunos envolvidos” *Antônio José – Diretor do Polo de Quixeramobim*

“Quanto ao auxílio financeiro é feito contato com o Ministério (MEC) pra verificar os reais motivos que levam ao atraso de pagamento dos benéficos.” *Júnior Maciel – Diretor do Polo Tianguá*

“Quanto ao auxílio financeiro estabelecemos uma relação de confiança contada a situação real.” *Carmelita Laura – Diretora do Polo Fortaleza*

“Os três desafios dependes de fatores externos. Por exemplo, a infrequência é elevada quando falta transporte para o deslocamento dos alunos, ou o Governo Federal não paga a bolsa auxílio. Todos os itens estão ligados. Assim temos que realizar muitas reuniões de sensibilização para resolver ou diminuir o problema” *Ana Célia de Brito – Coordenadora Pedagógica do Projovem*

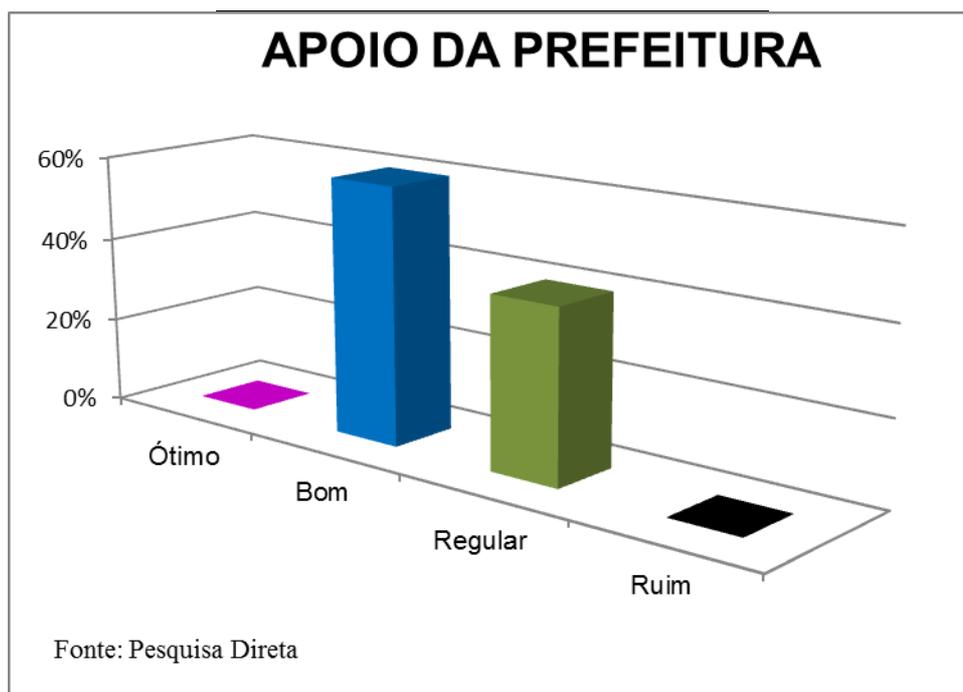
“ Com relação ao atraso no pagamento do auxílio financeiro (bolsa do aluno), o governo do Estado requereu junto a Coordenação Nacional do Projovem Urbano um calendário de liberação . Ao mesmo tempo, que a equipe do IDT expressa para os discentes a importância

do Programa para sua vida e que logo o auxílio será pago, ou seja, um trabalho conscientização” *Vandeborgue Uchôa – Coordenador Geral do Projovem Urbano*

Q.3. Quanto ao apoio recebido pelos órgãos públicos ligados ao programa, encontra o menos participativos é a Prefeitura dos Municípios – 60% bom e 40% regular. Esse resultado existe por ser o ente municipal o responsável pelo transporte do aluno e muitas vezes não cumprir o acordado gerando dificuldades para a execução do programa.

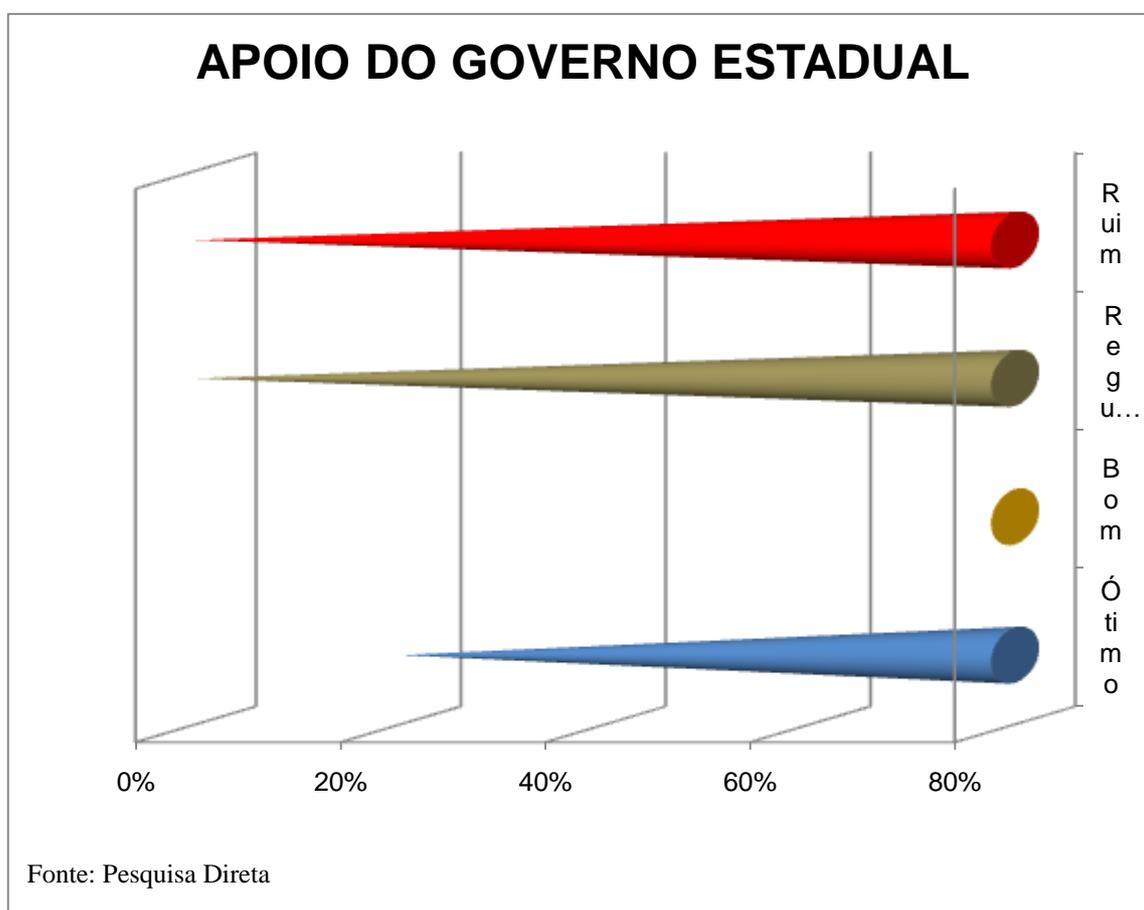
Nível de apoio dado pela Prefeitura do Município

Descrição	Resultados
Ótimo	0%
Bom	60%
Regular	40%
Ruim	0



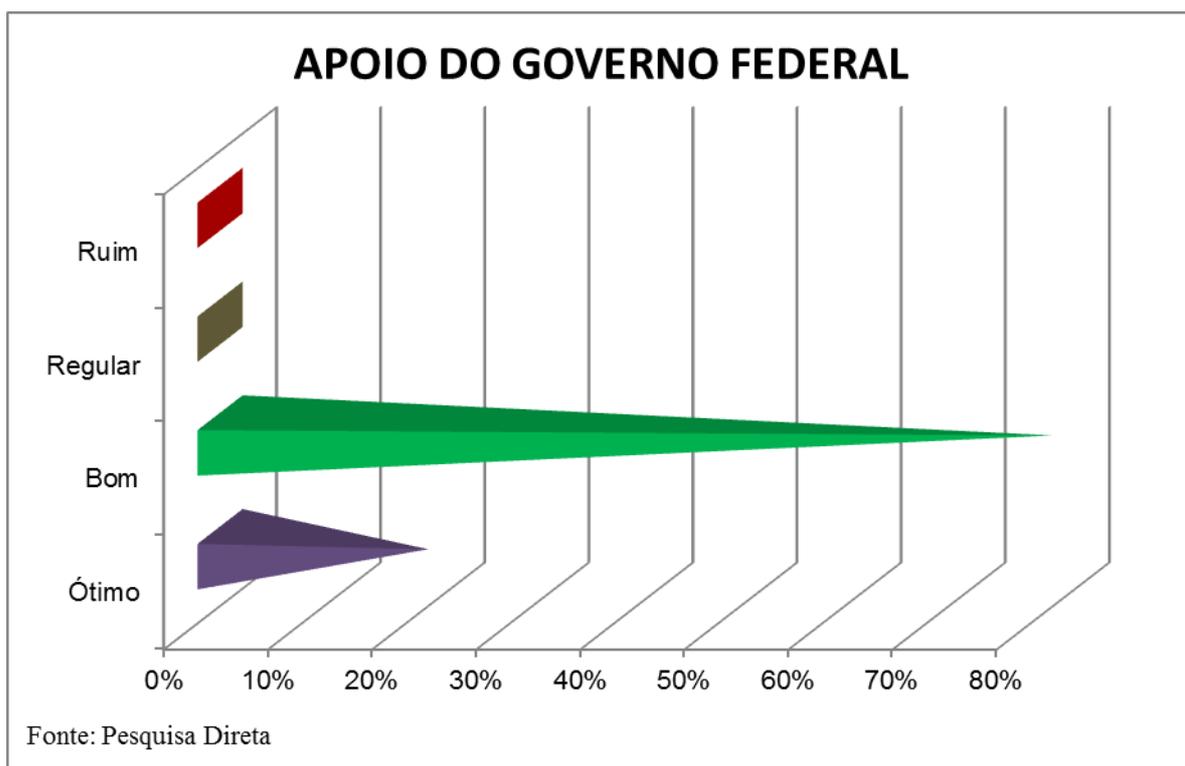
Qs.4 e 5. Os apoios recebidos pelo Governo Federal e Estadual obtiveram o mesmo resultado, ou seja, 80% bom e 20% ótimo. Isso se justifica nas respostas obtidas quanto o acompanhamento e no feedback que esse órgãos demandam; mostrando-se preocupados com o bom andamento do programa.

Nível de apoio dado pelo Governo do Estado do Ceará	
Descrição	Resultados
Ótimo	20%
Bom	80%
Regular	0%
Ruim	0%



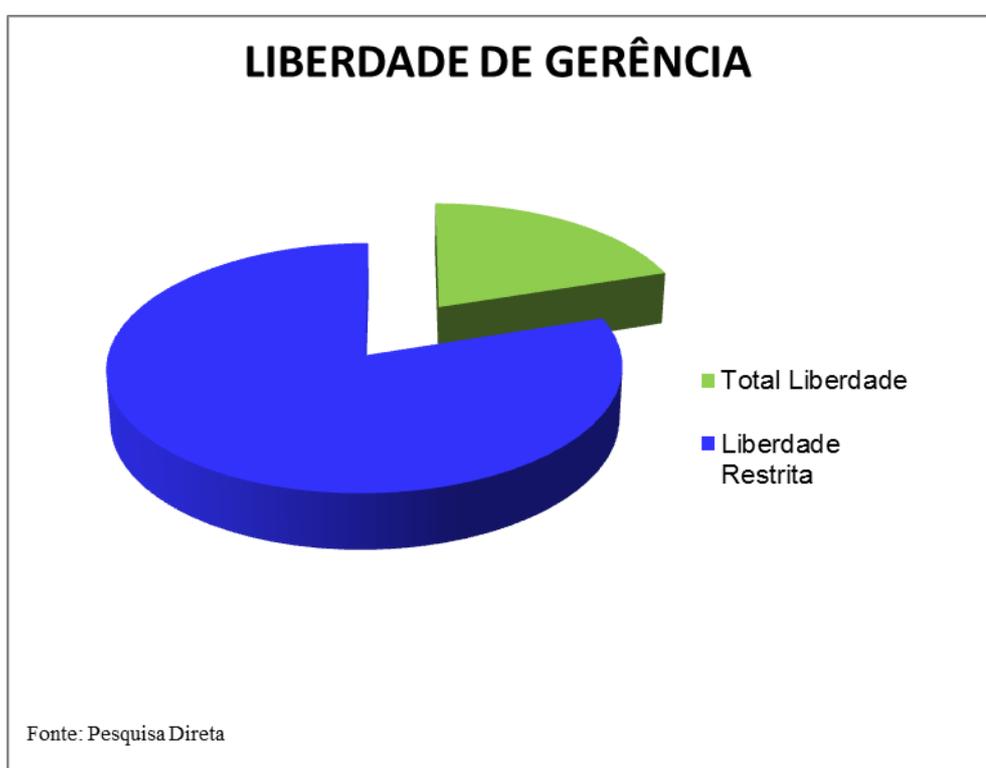
Nível de apoio dado pelo Governo Federal

Descrição	Resultados
Ótimo	20%
Bom	80%
Regular	0%
Ruim	0%



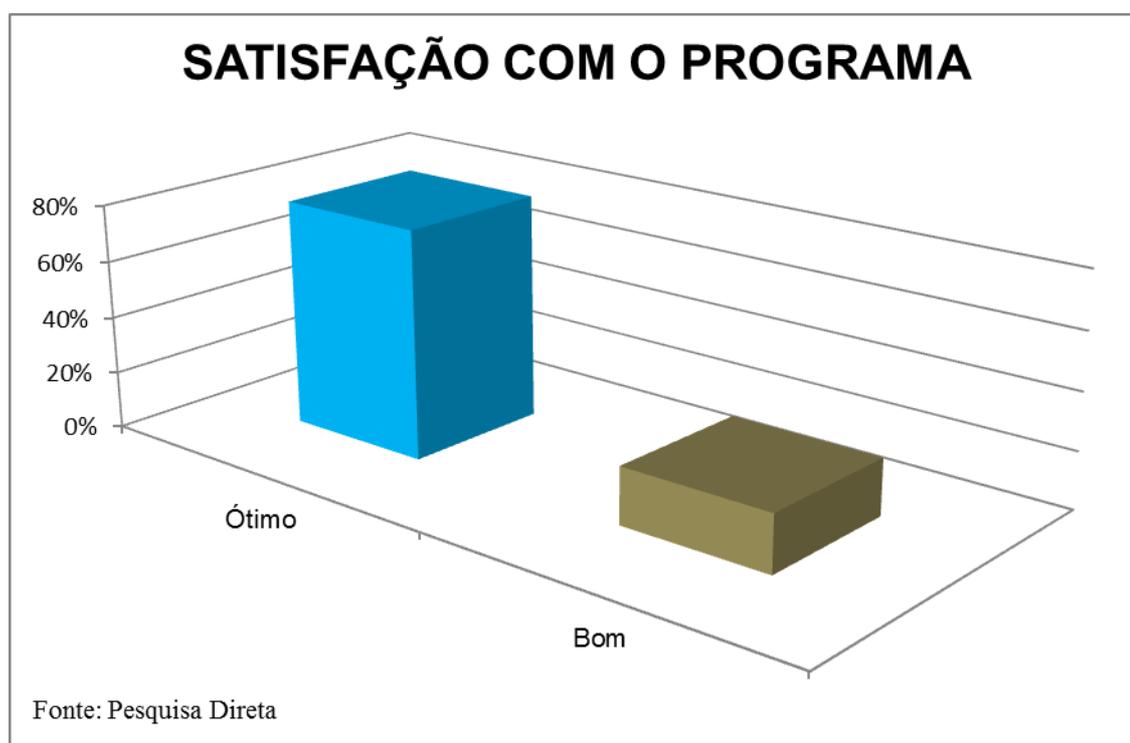
Q.6. Para solucionar os problemas e empecilhos que ocorrem durante a operacionalização do Programa, os gestores afirmaram que a liberdade restrita para gerenciar tais pontos esta no patamar de 80%, enquanto 20% é para total liberdade.

Qual nível de liberdade para Gerência	
Descrição	Resultados
Total Liberdade	20%
Liberdade Restrita	80%
Pouca Liberdade	0%
Nenhuma Liberdade	0%



Q.7. Contornadas as situações e dado andamento no programa todos os entrevistados consideram satisfatório o desenvolvimento do programa - 80% ótimo e 20% bom. Demonstrando que apesar dos empecilhos as soluções encontradas e o apoio recebido têm colaborado para modificar a vida dos alunos, pois esse é o maior objetivo do programa.

Nível de satisfação com o Programa	
Descrição	Resultados
Ótimo	80%
Bom	20%
Regular	0%
Ruim	0%



Q.8. Como o acompanhamento da Gestão Pública do Estado do Ceará tem impactado no desenvolvimento do Programa Projovem Urbano?

“A partir do monitoramento constante das Instituições, facilita a gestão operacional das ações e tendo entraves na execução os encaminhamentos já realizados e os resultados ficam mais próximos de se efetivar.” *Antônio José – Diretor do Polo de Quixeramobim*

“O acompanhamento da gestão pública no Estado do Ceará pouco tem impactado no desenvolvimento do Programa Projovem Urbano, pois as mesmas se limitam a apenas uma visita nos núcleos onde acontece o programa, não mais que isso.” *Júnior Maciel – Diretor do Polo Tianguá*

“Através do acompanhamento período que é feito aos núcleos, onde se pode identificar a realidade local, apresentando a partir dessa leitura, sugestões para superação dos desafios procurando sempre parcerias.” *Carmelita Laura – Diretora do Polo Fortaleza*

“O Gabinete do Governador e a Secretaria de Educação tem funções importantes no desenvolvimento do Programa.” *Ana Célia de Brito - Coordenadora Pedagógica do Projovem Urbano Ceará*

Q.9. Ocorre o feedback dos empecilhos encontrados?

“Todos os obstáculos são sistematizados e compartilhados com todos os atores envolvidos, no intuito de viabilizar e garantir a efetiva execução.” *Antônio José – Diretor do Polo de Quixeramobim*

“Situações como o transporte de alunos muitas vezes, mesmo com a intervenção da Gestão Pública do Estado do Ceará não são resolvidas, pois dependem da vontade do gestor municipal.” *Júnior Maciel – Diretor do Polo Tianguá*

“Sim, compartilhamos todos os desafios encontrados, buscando coletivamente as soluções necessárias, considerando a vivência e experiências bem sucedidas.” *Carmelita Laura – Diretora do Polo Fortaleza*

Após análise do que foi expresso pelos gestores estaduais do Projovem Urbano pode se constatar que são grandes os desafios a serem superados, já que o processo educacional do Programa apresenta inúmeras particularidades. Porém, a manutenção do jovem em sala de aula, infrequência, é o maior desafio de todos.

Para solucionar este problema requer por parte de todos, que de forma direta ou indireta, desenvolvem as ações do Programa cumpram o seu papel. Muito embora, o Governo do Estado e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT tenham conseguido equacionar inúmeros desafios pelo compromisso e esforço de suas equipes.

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Desde o princípio da educação no Brasil os governos estão em constante mobilização para alcançar toda a população. Porém além do nível educacional, aqueles que há muito não acompanharam esse desenvolvimento encontram dificuldades também para encaixar-se no mercado de trabalho.

Percebe-se a urgência em reconectar a escola com o mundo do trabalho. Jovens de todas as classes e situações sociais estão submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho onde o diploma não é mais garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade atingida. Certamente, os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho, precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais.

Isso apresenta o desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso à escola e de continuidade na formação escolar. Nesse cenário, necessitamos não só de novos currículos, materiais escolares, equipamentos e recursos humanos, mas também de um novo casamento entre educação e qualificação profissional. É com esse objetivo que foi criado o Projovem Urbano Ceará.

Esse programa é executado no Ceará pelo Instituto de Desenvolvimento de Trabalho - IDT, e como toda ação executada pela gestão pública encontra vários desafios para que seja mantido o nível e o objetivo do programa.

Alguns dos principais desafios encontrados pelo IDT na execução do Projovem Urbano Ceará foram: a infrequência, o transporte e o auxílio financeiro. Porém, com o apoio e liberdade de gestão dada pelos órgãos públicos envolvidos, sendo eles: Governo Federal e Estadual, e com a parceria dos entes municipais, essas situações são contornadas e o andamento das atividades e aprovação do Programa são mantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra, MACAMBIRA, Júnior. Projovem Urbano no Ceará: um estudo sobre as dimensões social, familiar e econômica. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2011.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>.

VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. Artigo publicado em Estudos avançados em 2007.

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/pesquisa-indica-avanco-na-educacao-cearense-1.119444>>. Acessado em: 01/04/2014

<<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/historia>>. Acessado em: 01/04/2014

<<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5614-investimentos-em-infraestrutura-entre-2007-2010-repercutem-r-15-bilhoes-na-economia-cearense>>. Acessado em: 01/04/2014

Manual do Educador: Orientações Gerais – MEOG, organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado, 2ª. Edição. Brasília, 2012.

Lei N° 11.692, Brasília, 10 de junho de 2008. 187° da Independência e 120° da República. Medida Provisória N° 238, de 1° de fevereiro de 2005.

Resolução/CD/FNDE N° Conselho Deliberativo/CD, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE. Resolução/CD/FNDE N° 22, de 26 de maio de 2008. Brasília/DF.

Conselho Deliberativo/CD, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE. Resolução/CD/FNDE N° 54, de 21 de novembro de 2012. Brasília/DF.

Governo do Estado do Ceará. Contrato de Gestão N° 15, de 06 de junho de 2012. Fortaleza/CE.

Féres, Maria José Vieira. Textos Complementares para Formação de Gestores. 2008. Brasília/DF.

3. Geralmente, qual o nível de apoio dado pela Prefeitura do Município em que está sendo executado o programa?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

4. Geralmente, qual o nível de apoio dado pelo Governo do Estado do Ceará durante a execução do programa?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

5. Geralmente, qual o nível de apoio recebido pelo Governo Federal durante a execução do programa?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

6. Qual nível de liberdade você possui para resolução de problemas e empecilhos que surgem no decorrer do Programa?

- Total Liberdade
- Liberdade Restrita
- Pouca Liberdade
- Nenhuma Liberdade

7. Apesar dos desafios encontrados qual o nível de satisfação com a realização do Programa?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

8. Como o acompanhamento da Gestão Pública do Estado do Ceará tem impactado no desenvolvimento do Programa Projovem Urbano?

9. Ocorre o feedback dos empecilhos encontrados?

ANEXO A

Questionários respondidos pelos entrevistados.